

Comércio também pede expurgos de indexação

Economia Nacional
14 JUN 1983

Da sucursal do
RIO

A Confederação Nacional do Comércio (CNC) pediu ontem aos ministros Delfim Netto, do Planejamento, e Ernane Galvêas, da Fazenda, o expurgo de várias modalidades de indexação, advertindo que, sem essa providência, "o recente conjunto de medidas de política econômica frustra-se no nascedouro e só servirá para agravar ainda mais a estagflação que nos atinge desde 1981".

Ao enfatizar a defesa dos pontos de vista da entidade, o presidente da CNC, Antônio de Oliveira Santos, disse: "Todos iremos para o buraco, se o governo não tiver a coragem de complementar o pacote com medidas de desindexação da economia e também se não tiver a coragem de preservar as empresas estatais eficientes dos cortes programados para o setor".

O presidente da CNC, um dos representantes do setor privado no Conselho Monetário Nacional, mostrou-se profundamente preocupado com a indefinição do governo quanto ao expurgo dos diversos índices econômicos, inclusive o INPC, que serve de base para os reajustes semestrais de salários. Também advertiu sobre a impropriedade de o governo adotar um critério linear para executar os cortes das estatais, na medida em que as empresas estatais eficientes poderão ser equiparadas às ineficientes.

RAZÕES DO EXPURGO

No telex enviado ontem aos ministros da Fazenda e do Planejamento, a CNC alinha as razões em defesa do expurgo dos índices que regulam a economia brasileira:

1) Com o corte de subsídios, o governo pretende diminuir o déficit do setor público. Sem o expurgo desses efeitos sobre os índices de preços, teremos um aumento permanente do patamar inflacionário, pelos efeitos realimentadores da correção monetária e salarial;

2) Grande parte do déficit público se deve aos encargos da dívida pública interna, correção monetária mais juros. Não se trata apenas do método de contabilização do FMI. A "correção da dívida" interna "gera déficit pois o governo não possui, como contrapartida dessa dívida, ativos que rendam correção monetária". A incorporação do efeito do corte dos subsídios no valor das ORTN criará insuportável vazamento nas contas do setor público: corta-se o déficit do lado dos subsídios e ele ressurgirá nas contas da dívida interna;

3) Com as ORTN amarradas ao IGP, as empresas serão violentamente penalizadas nos custos financeiros. A taxa de juros relevante para a empresa não é aquela que se cobra além do Índice Geral de Preços, pois nenhuma empresa produz IGP, mas a taxa nominal, descontada a taxa de aumento de preços dos ativos da empresa. Na medida em que o IGP capta efeitos de cortes de subsídios que não premiam nenhuma empresa, e na medida em que as ORTN acompanham o IGP, os juros reais tornam-se muito maiores do que parecem à primeira vista. Isso é fator adicional de recessão e desemprego;

4) No momento em que é feito o corte dos subsídios, também não há razão para manter atrelada a taxa de câmbio ao IGP. Muitos dos impactos sobre o Índice Geral de Preços não se refletem nos custos de exportação. O índice adequado ao balisamento das minidesvalorizações cambiais deve refletir o custo de exportação dos produtos industrializados, a exemplo do Índice de Preços por Atacado de produtos industriais, exclusive petróleo;

5) O não expurgo do INPC é a falsa proteção aos assalariados. No atual regime de indexação plena, o poder aquisitivo dos trabalhadores será muito mais cruelmente expurgado pela alta das taxas de inflação e desemprego; todos devem ser iguais perante a correção monetária. Os salários em qualquer faixa devem acompanhar as ORTN.